

A FILOSOFIA COMO ATITUDE CRÍTICA DA PRODUÇÃO DE SI NA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

THE PHILOSOPHY AS A CRITICAL ATTITUDE OF THE PRODUCTION OF SI IN TECHNOLOGICAL EDUCATION

LA PHILOSOPHIE COMME UNE ATTITUDE CRITIQUE DE LA PRODUCTION DE SI DANS L'ÉDUCATION TECHNOLOGIQUE

Daniel Salésio Vandresen

Doutorando em Educação (UNESP). Docente do Instituto Federal do Paraná. E-mail: daniel.vandresen@ifpr.edu.br

Rodrigo Pelloso Gelamo

Doutor em educação (UNESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista de Marília. E-mail: gelamo@gmail.com.

RESUMO

O objetivo desse artigo é realizar um diagnóstico da educação tecnológica utilizando como ferramenta as noções de biopolítica e ontologia do presente desenvolvidos por Michel Foucault. A partir disso, problematizamos a educação tecnológica dos Institutos Federais analisando sua concepção de ensino baseada na noção de trabalho como princípio educativo. Constatamos que a educação tecnológica não tem pensado a vida para além da formação profissional ou, melhor, tem se preocupado apenas com a parte da vida que é determinada pela sua condição cotidiana da utilidade e do trabalho. Por fim, desenvolve-se o conceito de atitude crítica para pensar uma prática filosófica que dá forma à impaciência da liberdade e permite a resistência aos saberes de sujeição próprios da tecnicidade biopolítica.

Palavras-chave: Biopolítica; Ontologia de nós mesmos; Filosofia; Educação tecnológica.

ABSTRACT

The objective of this article is to make a diagnosis of technological education using as a tool the notions of biopolitics and ontology of the present developed by Michel Foucault. From this, we problematize the technological education of the Institutos Federais analyzing their conception of education based on the notion of work as an educational principle. It can be seen that technological education has not thought about life beyond vocational training or, rather, has been concerned only with the part of life that is determined by its daily condition of utility and work. Finally, the concept of critical attitude is developed to think a philosophical practice that gives form to the impatience of freedom and allows the resistance to the knowledge of subjection proper of biopolitical technicity.

Key-words: Biopolitics; Ontology of ourselves; Philosophy; Technological education.

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est de faire un diagnostic de l'éducation technologique en utilisant comme outil les notions de biopolitique et d'ontologie du présent développé par Michel Foucault. De ce fait, nous problématisons l'éducation technologique des Institutos Federais en analysant leur conception de l'éducation fondée sur la notion de travail en tant que principe pédagogique. On peut voir que l'éducation technologique n'a pas pensé à la vie au-delà de la formation professionnelle, mais plutôt qu'elle ne concerne que la partie de la vie qui est déterminée par sa condition quotidienne d'utilité et de travail. Enfin, le concept d'attitude critique est développé pour penser une pratique philosophique qui donne forme à l'impatience de la liberté et permet la résistance à la connaissance de l'assujettissement propre à la technicité biopolitique.

Mots-clés: Biopolitique; L'ontologie de nous-mêmes; Philosophie; L'éducation technologique.

Introdução

O presente texto propõe tematizar sobre a contribuição do ensino de filosofia como uma atitude crítica da subjetividade exigida e submetida pelo atual modelo de educação tecnológica nos Institutos Federais. Se no plano existencial é difícil pensar a vida sem o aparato tecnológico. No plano educacional, presenciamos uma expansão de cursos profissionais na área tecnológica, os quais estão alicerçados em discursos sobre o desenvolvimento de competências e habilidades de um trabalhador flexível, os quais são requisitos subjetivos para adequar-se há um sistema econômico sustentado pelos pressupostos de uma sociedade tecnológica. Sobre isso cabe perguntar: nesse cenário em que onde os indivíduos têm maiores espaços para exercerem suas competências e expressarem suas subjetividades, também estaríamos formando trabalhadores com maiores condições de emancipação social?

A biopolítica e a produção de si

As noções de biopolítica e biopoder expressam o deslocamento que Foucault realiza para pensar as transformações que ocorrem no final do século XVIII e início do século XIX, em que o poder não se destina a regular apenas o indivíduo por meio de um poder disciplinar, mas age como gestão da vida e da população, por meio de um poder bio-técnico-político que tem por objetivo administrar as forças da vida. Sua investigação sobre o biopoder pode ser situada tendo como primeira incursão a conferência sobre *O Nascimento da Medicina Social* de 1974 (2011, p. 402-424) e se estende até o curso de 1979 - *Nascimento da Biopolítica* (2008).

Especificamente na aula de 14 de março do curso de 1979 (2008, p. 297s), Foucault introduziu o tema do neoliberalismo norte-americano e desenvolve a teoria do *Capital Humano* como uma forma de comportamento econômico que age sobre o comportamento do indivíduo. Para o autor, o neoliberalismo norte-americano, analisado pela Escola de Chicago na década de 1960, desenvolveu-se muito além das decisões econômica e administrativas pela máquina estatal, mas, sobretudo, como um modo de vida em que o comportamento humano responde de forma ativa e sistemática aos estímulos econômicos da produção de si.

Entende-se por *capital humano* uma ação econômica que age sobre a vida do homem, portanto biopolítica, produzindo um trabalhador como *empresário de si mesmo* (2008, p. 311), que por meio de investimentos em sua educação adquire competências para gerar renda. Para o autor, a economia ao analisar o comportamento busca compreender as escolhas estratégicas, que o fazem com que um indivíduo escolha utilizar seus recursos em determinado fim, “para fins que são fins alternativos”. Por isso, por meio da noção de *empresário de si mesmo* se concebe o trabalhador como sujeito ativo, pois ele mesmo conduz seu comportamento por meio de uma racionalidade estratégia que visa a construção

de seu capital humano e que lhe permite produzir renda. Foucault diz (2008, p. 310) é uma concepção do *capital-competência*, que faz do trabalhador um empresário de si mesmo, onde cada trabalhador é uma unidade-empresa em que ele próprio é seu produtor.

O trabalhador deixa de ser um objeto no processo do capital e passa a ser sujeito na construção de si. Para o autor, a conduta racional do *homo oeconomicus* “é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto sistemática (2008, p. 368). O *homo oeconomicus* não questiona, mas aceita a realidade como é e, modifica-se a si mesmo para adequar-se e responder de forma ordenada. Ocupa seu precioso tempo consigo mesmo, com a formação de suas competências, por isso não pode perder tempo com a tarefa agonística de pensar a transformação de si e de seu presente. É o homem governável, que aceita ser governado para não ficar fora do jogo. Ele mesmo deve assumir essa tarefa, sendo que com isso apropriar-se das regras do jogo e, dessa forma, produz a si mesmo como sujeito normalizado.

Essa descrição da normalização do comportamento, nos faz perceber que a experiência moderna é comandada por um poder que tem como característica tornar os indivíduos produtores de uma eficiência. Em outro momento, ao tratar sobre o adestramento do corpo e a intensificação da performances no século XVII, Foucault afirma: “É preciso fazer cada vez mais, sempre mais em um tempo cada vez mais rápido” (2011, p. 239). Isso pode ser percebido notoriamente no modo como nos conduzimos no trabalho, onde para se produzir com eficiência o tempo todo desenvolvem-se diferentes ferramentas para tornar o corpo e a mente úteis, como por exemplo, no conceito de formação permanente que torna possível a reutilização de nossas capacidades ou evitando nossa improdutividade através de exercícios físicos ou atendimento psicológico.

Foucault pergunta: “que interesse têm todas essas análises?” (2008, p. 317), sua resposta trata sobre o problema do progresso técnico que caracteriza o fim do século XIX, progresso que está associado a questão da inovação para Joseph Schumpeter¹ e, tudo isso, ligado a questão do capital humano para Foucault. Segundo Foucault (2008, p. 318s) Schumpeter entende por inovação o conjunto das descobertas técnicas, de novas fontes, novas formas de produtividade, novos mercados e fontes de mão-de-obra e, é a partir desse referencial que passa a explicar o funcionamento do capitalismo. Para Foucault, com essa visão se introduz uma nova concepção de crescimento econômico, o problema da inovação socioeconômica ligado ao problema do capital humano. E Foucault descreve a visão neoliberal sobre isso:

Se inovação existe, isto é, se se encontram coisas novas, se se descobrem novas formas de produtividade, se se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso não mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos, que foram feitos no nível do próprio homem (FOUCAULT,

¹ Joseph Schumpeter (1883-1950), economista de influência weberiana, introduz a ideia de empresa e inovação como agente de desenvolvimento econômico. Seus trabalhos sobre o que é uma empresa, em uma análise história-econômica-moral, sustentam o projeto neoliberal (FOUCAULT, 2008, p. 201, 217, 242).

2008, p. 318).

Com isso, Foucault vê na concepção neoliberal do capital humano a associação da questão do progresso técnico com a efetivação da biopolítica. É o investimento no nível do próprio homem, de seu capital humano, que se produz todas essas transformações.

Theodor W. Schultz² é outro autor citado por Foucault, que conecta a teoria do capital humano com as transformações técnicas. Segundo Foucault (2008, p. 325 n. 28) Schultz na obra *Investment in Human Capital* de 1971, propõe integrar as aptidões inatas do homem em um conceito mais abrangente de tecnologia. Segundo López-Ruiz (2008), Schultz na obra de 1971 discute a necessidade de incluir a mutação técnica dentro da análise econômica, passando a considerar a própria tecnologia como uma forma de capital e, pensando em um conceito mais abrangente de tecnologia, o autor inclui também as capacidades inatas do homem. Com isso, para Schultz o interesse da economia não são as capacidades naturais em si mesmas, mas as mudanças que elas apresentam principalmente relacionadas ao investimento (LÓPEZ-RUIZ, 2008, p. 135).

Com a descrição desses dois autores (Schultz e Schumpeter) procurou-se evidenciar que a questão do desenvolvimento técnico e da tecnologia estão na base dos problemas econômicos dos neoliberais, portanto da biopolítica, visto que vinculam as transformações técnicas ao investimento realizado no próprio homem enquanto capital-biotécnico capaz de produzir resultado. Isto quer dizer que, as próprias forças do homem passam a ser concebidos como recursos, “recursos raros” diz Foucault, que podem ser modificadas por investimentos que melhoram sua eficiência. Com isso, objetiva-se caracterizar a biopolítica em seu exercício técnico ou, como designa Marcos Nalli a “tecnicidade própria da biopolítica”, ou ainda, a “biopolítica como biotécnica” (NALLI, 2016).

Nalli, no texto *A biopolítica como biotécnica* (2016), propõe que a biopolítica seja compreendida teoricamente como biotécnica, ou seja, ao mesmo tempo ela possui uma dimensão política e técnica, se realiza por um conjunto de estratégias cujo fim último é a produção da vida. Sobre isso, afirma:

Portanto, cabe reconhecer a natureza tecnológica, a tecnicidade da biopolítica, [...] ela se projeta como *techné*, como Foucault (2001, p. 239) mesmo define: ‘uma arte, um sistema refletido de práticas referido a princípios gerais, a noções e conceitos’, com a qual e pela qual se volta para algo (como objetos de suas considerações e ações), assim como se dirige para um fim (NALLI, 2016, p. 205).

Para Nalli (2016, p. 202-03) essa natureza tecnológica da biopolítica é similar ao modo das novas formas de se fazer ciência desde o fim do século XIX. E para compreender esse modo de proceder da ciência cita o conceito de *fenomenotécnicas* de Bachelard, o qual concebe as ciências nascentes não como descoberta de verdades profundas e perenes, mas que a criação de novos fenômenos são construídos como condição para o

2 Theodor W. Schultz (1902-1998), professor de economia da Universidade de Chicago de 1946 a 1974 e Prêmio Nobel de economia em 1979. Foi quem abriu nos anos de 1950-60 o campo de pesquisas sobre o capital humano, direcionando a economia para a análise do comportamento (FOUCAULT, 2008, p. 304 e 323 n. 17).

aparecimento dos objetos científicos. Assim, a hipótese de Nalli é que a similaridade do modo de proceder da ciência e da biopolítica não é mera coincidência, mas “são faces de um *metafenômeno* comum”. Na visão de Nalli, tanto nas ciências como na biopolítica agem um modo de proceder comum que é a criação de instrumentos-técnicos que produzem seu próprio resultado. Portanto, há uma tecnicidade em seus exercícios.

A Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais (IFs): a concepção de trabalho educativo

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm sua origem com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual cria os Institutos e institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação no âmbito do sistema federal de ensino. Os Institutos Federais são uma instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino³.

Analisando mais especificamente os pressupostos teóricos das diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica, em 2012 foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 09/05/2012 e a Resolução nº 6 de 20 de Setembro de 2012). Esses documentos pretendem reger as novas diretrizes para o ensino médio técnico em meio as novas relações de trabalho nesta sociedade tecnológica. Deste modo, assumem o conceito de trabalho como um dos princípios norteador das diretrizes como exposto no inciso III do Art. 6º da Resolução: “trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular” (BRASIL, 2012b) e no parecer “O trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do Ensino Médio” (BRASIL, 2012a, p. 16).

Já no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 o mundo do trabalho funciona como referência para a educação profissional, pois orienta o direcionamento formativo, o qual precisa fornecer além do domínio operacional de um determinado fazer, também precisa aliar “[...] a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho” (BRASIL, 2012a, p. 8). Ainda para o Parecer a educação profissional não é identificada como simples instrumento de política assistencialista ou apenas um ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas ela permite ser uma estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

Em 2012 Eliezer Pacheco⁴ publica o livro *Perspectivas da Educação Profissional*

3 Em relação as modalidades de ensino, a Lei nº 11.892 no Art. 7º cita as prioridades estabelecidas pela Lei: educação profissional técnica de nível médio; cursos de formação inicial e continuada; cursos superiores de tecnologia; cursos de licenciatura; cursos de bacharelado e engenharia; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização; cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado.

4 Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) no MEC (2006-2011).

Técnica de Nível Médio - Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, o qual é o resultado das discussões de vários colaboradores e de audiências públicas realizadas ainda em 2010 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Ao tratar sobre o conceito de trabalho, Pacheco entende que o sentido ontológico do trabalho é o que permite evidenciar a unicidade entre as dimensões científica, tecnológica e cultural (PACHECO, 2012, p. 66). Já o trabalho torna-se princípio educativo tanto pelo sentido ontológico, como no sentido histórico do trabalho: no primeiro, transforma-se em conhecimento desenvolvido e apropriado socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades das potencialidades e dos sentidos humanos; no segundo, visa a participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Sendo que é por meio desses dois sentidos que se organiza a base unitária do ensino médio (PACHECO, 2012, p. 68-69).

Uma análise da concepção de educação tecnológica

Sobre esse modelo de educação nos Institutos Federais, cabe perguntar: qual o sentido da ênfase nessa concepção de trabalho como princípio educativo? E a partir do registro foucaultiano, questiona-se: a concepção ontológica-histórica do trabalho permite superar a subjetividade submetida ao modelo econômico neoliberal? O trabalho enquanto constituição do homem e como possibilidade de sua autonomia permite pensar a resistência e a constituição de si mesmo em um movimento ético-político?

Os documentos institucionais dos IFs, a partir de uma concepção histórico-crítica do trabalho, afirmam que a liberdade do indivíduo está no domínio do conhecimento científico e tecnológico. Contudo, se na lógica do capitalismo da sociedade industrial a educação do indivíduo não poderia fornecer o saber que lhe desse condições de dominar os meios de produção, pois isto implicava nos riscos da inversão social das classes; agora, na lógica neoliberal é imprescindível que ele conheça e domina os processos de produção da ciência e da tecnologia, isto porque, essa apropriação do indivíduo não compartilha mais riscos de uma modificação estrutural da realidade, pois, ao mesmo tempo, que se produz essa subjetividade, também se anula seus efeitos políticos na medida em que o indivíduo é enformado na construção de seu *homo oeconomicus*, que como aponta Foucault (2008, p. 368) torna-se um indivíduo que aceita a realidade, respondendo as suas modificações de forma sistemática.

Outro aspecto dessa concepção de trabalho é que está ênfase em seu princípio educativo não permite pensar o trabalho para além da contradição entre trabalho negativo (alienado) e trabalho positivo (ontológico do homem, presente na concepção de princípio educativo). Essa visão não permite perceber que nas relações econômicas neoliberais o trabalho não se dará necessariamente como educativo, mas comportará sempre relações de poder, como, por exemplo, a descrição de Foucault (2008) na análise do conceito de *Capital Humano* como uma forma de sujeição do indivíduo ao modelo biopolítico da economia neoliberal. Embora para o autor, não se trate de apontar uma visão negativa do trabalho

como faz a leitura marxista, mas de descrever sobre a ótica neoliberal, a existência de um saber-poder presente na formação do trabalhador que produz uma subjetividade sujeitada (FOUCAULT, 2008, p. 304-306). Desse modo, direcionar a concepção de trabalho como princípio educativo é assumir uma atitude politicamente perigosa, pois neutraliza as lutas e forças que atuam sobre si, não permitindo que o indivíduo se transforme para além da visão de essencialidade do humano que é característico de uma filosofia da alienação e da reconciliação (retorno a si mesmo como promessa de um homem autêntico e verdadeiro).

A proposta de educação profissional dos IFs pretendem conciliar uma concepção humanística com o conhecimento científico e tecnológico. Objetivam através de interpretação ontológico-histórico do trabalho, da ciência e da tecnologia, almejam que o homem possa se humanizar, superando a condição de alienação produzidas nas relações de trabalho e na produção técnica. Nisso, a liberdade almejada passa a ser pensada em uma educação que potencialize sua integração econômica. A crença humanística de que a consciência da situação levaria a transformação não é mais satisfatória, isto porque a partir da nossa de *homo oeconomicus* pode-se afirmar que o indivíduo aceita ser governada para adequar-se ao sistema econômico.

Por uma educação filosófica como ontologia de nós mesmos

O empreendimento foucaultiano pode ser visto como uma atitude pós-kantiana⁵, isto porque, no início da década de 1980, o autor francês buscará em Kant um fundamento para a filosofia como uma história crítica do pensamento em sua atualidade. Para Foucault, quando Kant em 1784 publica um texto como resposta à questão: “Was ist Aufklärung?” (FOUCAULT, 2005a, p. 335), surge o primeiro passo para fazer da filosofia uma constante problematização do presente, postura esta que faz parte do mais íntimo que procurou praticar em sua filosofia, como afirma: “O que acontece atualmente e o que somos nós, nós que talvez não sejamos nada mais e nada além daquilo que acontece atualmente?” A questão da filosofia é a questão deste presente que é o que somos” (FOUCAULT, 2005b, p. 239).

Foucault compreende a *Aufklärung* como um princípio ontológico de nós mesmos, isto porque a crítica do presente deve se constituir em um “[...] princípio de uma crítica e de uma criação permanente de nós mesmos em nossa autonomia” (FOUCAULT, 2005a, p. 346). Para o autor, em nosso modo de pensar, inaugurado pela *Aufklärung*, já está inscrito, marcado, como um processo permanente de conquista da autonomia. Atitude de problematização do presente que deve ser reativado constantemente sobre em nós, como um acontecimento que é apropriado pelo pensamento e por nosso modo de agir. Daí seu projeto ser denominado de “ontologia crítica nós mesmos” (FOUCAULT, 2005a, p.

5 Foucault no texto *O que são as luzes? - 1984* (2011, p. 259- 268) afirma que Kant inaugura duas grandes tradições críticas na filosofia moderna: uma denominada de analítica da verdade, instaurada por uma filosofia que investiga as “condições sob as quais um conhecimento verdadeiro é possível”; a outra, chamada de analítica do presente, na qual Foucault se inscreve, marca um outro tipo de interrogação. Segundo Foucault, inaugurada pela questão kantiana da *Aufklärung*, a segunda tradição crítica busca um diagnóstico da atualidade e das possibilidades de ultrapassagem nas condições da experiência efetiva.

351) ou também como ontologia do presente, pois entende a atitude filosófica como uma crítica constante do presente, como uma maneira de combater toda e qualquer forma de assujeitamento de si.

Para Foucault, essa problematização de Kant, permite tanto diagnosticar o modo como constituímos nossa autonomia, como também, o que assumido por Foucault, deve promover uma atitude, uma maneira de ser e de se conduzir como *éthos* (FOUCAULT, 2012, p. 264). Sobre isso afirma: “[...] um *éthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico” (FOUCAULT, 2005a, p. 345). Desse modo, concebe a atitude crítica de si mesmo como um *éthos* que caracteriza nosso modo de ser na modernidade. Sobre a modernidade como atitude afirma:

Gostaria, por um lado, de enfatizar o enraizamento na *Aufklärung* de um tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo; gostaria de enfatizar, por outro lado, que o fio que pode nos atar dessa maneira à *Aufklärung* não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas, antes, a reativação permanente de uma atitude; ou seja, um *éthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico (FOUCAULT, 2005a, p. 344-45).

Ao relacionar a questão sobre a atualidade com o *éthos*, Foucault está pensando a ontologia do presente como uma demanda ética. Sobre isso o autor afirma que a questão da *Aufklärung* “[...] surgida no final do século XVIII define o quadro geral do que chamo de técnicas de si” (2012, p. 294). Esse tipo de interrogação permite o deslocamento das questões filosóficas tradicionais que perguntavam sobre: “o que é o mundo? O que é o homem? O que foi feito da verdade? O que foi feito do conhecimento? De que modo o saber é possível?” (Idem, p. 294). A *Aufklärung* permite outro tipo de problematização: “o que somos nesse tempo que é o nosso? [...] a atividade filosófica concebeu um novo polo, e que esse polo se caracteriza pela questão, permanente e perpetuamente renovada: ‘O que somos hoje?’” (Idem, p. 294). Em sua filosofia do presente, Foucault retoma o questionamento socrático do “conhecer a si mesmo” como uma questão moderna sobre a atualidade do que nós somos. Ao perguntar sobre “Quem somos nós?”, Foucault reinterpreta a questão socrática, intensificando o modo de ser do sujeito em relação ao presente.

Nessa mesma perspectiva, Foucault pergunta sobre o que no presente faz sentido para a reflexão filosófica. Em sua resposta afirma: “Trata-se de mostrar em que e como aquele que fala enquanto pensador, sábio, filósofo, faz parte desse processo e (mais que isso) como ele tem certo papel a desempenhar nesse processo no qual ele será a um só tempo elemento e ator” (FOUCAULT, 2011, p. 260). Desse modo, a filosofia pensada a partir da ontologia do presente faz do processo do filosofar um movimento de problematização da realidade em que o sujeito não pode se distanciar de modo abstrato. Como elemento e ator, aquele que se coloca na tarefa de filosofar deve fazer da sua própria realidade o

seu problema. Esse agora dentro do qual estamos todos é o acontecimento filosófico do qual não podemos fugir, sobretudo, “temos um papel a desempenhar”. Pensar o ensino de filosofia como diagnóstico do presente é fazer de sua atitude um exercício sempre atual. Foucault, como também Deleuze, entendem a filosofia como um diagnóstico sobre o próprio pensamento, um diagnóstico sobre nosso pensamento no presente e que nos faz manter uma relação viva com nosso pensamento.

Uma primeira abordagem da *Aufklärung* já aparece no texto de 1978 - *O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung)*, no qual Foucault inicia apontando que a questão que gostaria de tratar é sobre o tema do próprio título: “o que é a crítica?” E a primeira ideia que aparece em sua resposta diz respeito a relação com a filosofia, sobre um: “[...] projeto que não cessa de se formar, de se prolongar, de renascer nos confins da filosofia, sempre próximo dela, sempre contra ela, às suas custas, na direção de uma filosofia por vir, no lugar talvez de toda filosofia possível” (FOUCAULT, 2004, p. 144). Desse modo, Foucault entende que a filosofia deve se realizar pela própria prática da crítica e que esta permite o próprio devir da filosofia.

No texto Foucault introduz a pergunta: “como não ser governado?” (2004, p. 146). Essa atitude de não ser governado não é no sentido de um desgoverno em absoluto ou de sermos totalmente ingovernáveis, mas como uma vontade de “não ser governado assim”, ou seja, não aceitar um tipo de governo específico que exerce poderes sobre mim. Como afirma: “como não ser governado *assim*, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (FOUCAULT, 2004, p. 146).

Outra característica da atitude crítica para Foucault (2004, p. 148) é que ela se realiza como uma arte, como uma “arte da insubmissão voluntária, aquela da indocilidade refletida”, mas não no sentido de uma insubmissão anárquica, antes deve ser compreendida como um “desassujeitamento no jogo” da política da verdade. Nisso reside o “foco da crítica”, interrogar as relações entre poder, verdade e sujeito, ou seja, interrogar sobre o processo de governamentalização, o qual se realiza em “[...] uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade” (idem, p. 148). E como resistência a esse processo, a crítica então será “[...] o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (idem, p. 148). Desse modo, Foucault pensa a crítica como uma arte, em que o movimento de desassujeitamento faz da crítica um ato criativo. Em outras palavras, a prática da crítica conduz ao um modo de subjetivação em que o ‘eu’ se estiliza, ou seja, o indivíduo livre das amarras que o constitui deve buscar outros modos para a constituição de si.

A crítica como “indocilidade refletida” requer que o exercício do pensamento se coloque a si mesmo em um processo de crise, isto porque, ao mesmo tempo, em que o sujeito assume a tarefa da reflexividade como elemento de sua formação, também se

exige que essa tarefa não seja apenas algo interno, mas se constitua em um processo de desassujeitamento que confronta a normalização. Outra característica é que o trabalho crítico implica “um trabalho paciente que dá forma à impaciência da liberdade” (2005a, p. 351). Pensar a filosofia como um trabalho paciente sobre si, salienta que o processo de problematização exige dar-se tempo e permite combater um ensino que alicerçado em produzir respostas visa apenas a economia de tempo. É preciso ruminar, diz Nietzsche. Como exercer esse trabalho paciente da problematização de si, se somos atropelados por um tempo multifacetado e produtivo? Se faz necessário combater esse modo de proceder característico de nossa época em que a intensificação das técnicas para economia do tempo induzem a se evitar qualquer tipo de problematização sobre si.

Considerações Finais

Por meio desse trabalho procurou-se perspectivar um ensino de filosofia que se realiza como atitude crítica, a qual por meio de um diagnóstico do presente torna possível resistir aos modos de sujeição biopolíticos. Constatou-se que a educação tecnológica não tem pensado a vida para além da formação profissional ou, melhor, tem se preocupado apenas com a parte da vida que é determinada pela sua condição cotidiana da utilidade e do trabalho. Com isso, se faz necessário deslocar-se de uma filosofia da emancipação, a qual supõe a existência de um saber ideológico e na necessidade de formar um sujeito autônomo que deve descobrir e distinguir o verdadeiro e o falso para superar o poder opressor. Esse tipo de concepção leva a crença de que a liberdade nasceria automaticamente com a conquista do saber. Supõe que a conquista da liberdade seja possível por meio de ações autônomas do sujeito. De outro modo, a filosofia crítica de Foucault nos permite compreender a subjetividade como um processo de formação em que o sujeito é elemento e ator de sua própria constituição. O indivíduo se forma por um movimento de dominação e resistência, no qual não se pode afirmar que em algum momento está completamente sujeitado ou integralmente livre.

Referências

BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB nº 11/2012* - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnico de Nível Médio. 2012a.

BRASIL. *Resolução nº 6*, de 20 de setembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012b.

FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa

Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, M. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Trad. Vera L.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, M. *Ética, Sexualidade, Política*. Trad. Elisa Monteiro e Inês A.D. Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Por uma vida não fascista - Coletânea Michel Foucault Sabotagem*. Coletivo Sabotagem. 2004.

LÓPEZ-RUIZ, O. A técnica como capital e o capital humano genético. In: *Novos Estudos*. n. 80. 2008, p. 127-139.

NALLI, M. A biopolítica como biotécnica. In: NALLI, M.; MANSANO, S. R. V. (Org.). *Michel Foucault: desdobramentos*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 199-213.

PACHECO, E. (Org.). *Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC. São Paulo: Ed. Moderna, 2012.